

**A PERCEÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS NO SUL DO BRASIL:  
EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS COMPENSATÓRIAS****THE PERCEPTION OF THE QUALITY OF LIFE OF THOSE AFFECTED BY DAMS IN SOUTHERN BRAZIL:  
EFFECTIVENESS OF THE COMPENSATORY POLICIES****Marcia Leite Borges<sup>1</sup>****RESUMO**

Este artigo tem como objeto de estudo a qualidade de vida das populações remanejadas quando da construção das Usinas Hidrelétricas (UHEs): Campos Novos, Barra Grande, Machadinho, Itá, e Fóz do Chapecó, na bacia dos rios Pelotas e Uruguai localizadas na divisa entre os estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, e suas consequências na qualidade de vida da população localizada ao longo das áreas atingidas. A região abrangida pela construção de barragens no Alto Uruguai experimentou grandes transformações ambientais, socioeconômicas e culturais. A partir dessa constatação, a seguinte questão norteou o trabalho: Qual a eficácia das políticas de remanejamento aplicadas pelo setor elétrico na região estudada? Assim, realizou-se uma análise da percepção da qualidade de vida da população atingida por estes empreendimentos hidrelétricos, através da seleção de algumas questões do *survey* aplicado no ano de 2011 em 632 indivíduos residentes na área de estudo. Estas questões contemplam a percepção dos entrevistados, antes e após a construção das UHEs, tomando como referência o fim dos anos 1980 e início dos anos 1990 (aqui representando o período anterior aos empreendimentos hidrelétricos) e o ano de 2011, quando da realização da pesquisa, como período posterior ao remanejamento. Os aspectos analisados foram: bem-estar social, qualidade dos serviços públicos, infraestrutura domiciliar, bem-estar econômico e sustentabilidade ambiental. A amostra escolhida para tal foi a da população reassentada no município de origem, o que correspondeu a 384

---

<sup>1</sup> Doutora em Ciência Política pela UFF (2019), Doutoranda em Sociologia na universidade de Coimbra, Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Pelotas-UFPEL (2015), Bacharelado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio Grande-FURG (2000), Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental também pela Furg (2013). Realizou MBA em Gestão de Negócios do Desenvolvimento Regional Sustentável pela Universidade de Brasília-UNB (2009). Doutoranda em Sociologia - Relações de Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo, pelo Centro de Estudos Sociais - Universidade de Coimbra PT (CES -UC), e pesquisadora voluntária do Projeto de Extensão Cidadania, Direito e Justiça (CIDIJUS) DA FURG. Foi pesquisadora do Núcleo de Estudos em Políticas Públicas - NEPPU/UFPEL, Pesquisadora voluntária do Projeto de Extensão Cidadania, Direito e Justiça (CIDIJUS) DA FURG. Foi pesquisadora do Núcleo de Estudos em Políticas Públicas - NEPPU/UFPEL. Afiliação: Universidade Federal Fluminense e Universidade de Coimbra. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8609-6781> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2182084038812443> E-mail: [marcia.borges.bb@hotmail.com](mailto:marcia.borges.bb@hotmail.com)

entrevistados. Isso, em função de ser possível perceber com maior facilidade as alterações ocorridas e suas influências na qualidade de vida dos indivíduos em questão. Inicialmente, foi realizada a apresentação dos aspectos analisados, através de uma leitura descritiva destes, apontando assim, suas principais características. Logo em seguida, partiu-se efetivamente para a construção dos índices e indicadores (através do software de análise quantitativa Statistical Package for the Social Sciences - SPSS) de cada um dos aspectos relacionados ao antes e depois do remanejamento que forneceu uma base empírica para o monitoramento da qualidade de vida do atingidos por barragens.

**Palavras-chave:** Atingidos por barragens. Qualidade de vida. Políticas públicas.

### **Abstract**

This article aims to study the quality of life of the species relocated when the Hydroelectric Plants (HPP) were built: Campos Novos, Barra Grande, Machadinho, Itá and Fóz do Chapecó, in the Pelotas and Uruguay rivers basin located in the division between the states of Rio Grande do Sul and Santa Catarina, and their consequences on the quality of life of the population located along the affected areas. A region covered by the construction of dams in Alto Uruguai has experienced major environmental, socioeconomic and cultural changes. From this observation, the following north question or work: What is the relocation policy applied by the electricity sector in the studied region? Thus, an analysis of the perception of the quality of life of the population affected by these hydroelectric projects was carried out, through the selection of some questions of applied research in 2011 in 632 students residing in the study area. These questions include the perception of the interviewees, before and after the construction of the UHEs, taking as a reference the end of the 1980s and the beginning of the 1990s (here, during the period before the hydroelectric projects) and the year of 2011, when the realization research, as a period after the relocation. The aspects analyzed were: social well-being, quality of public services, residential infrastructure, economic well-being and environmental sustainability. A sample chosen for this purpose was a population resettled in the municipality of origin, or that corresponded to 384 respondents. This, due to the fact that it is possible to perceive more easily the changes that occurred and their influences on the quality of life of the issues in question. Initially, a presentation of the analyzed aspects was made, through a descriptive reading of these, including the main characteristics. Right afterwards, it effectively starts to build indexes and indicators (using the quantitative analysis software Statistical Package for the Social Sciences - SPSS) of each of the related aspects before and after the relocation which provided an empirical basis for monitoring the quality of life achieved by dams.

**Keywords:** Affected by dams. Quality of life. Public policy.

## INTRODUÇÃO

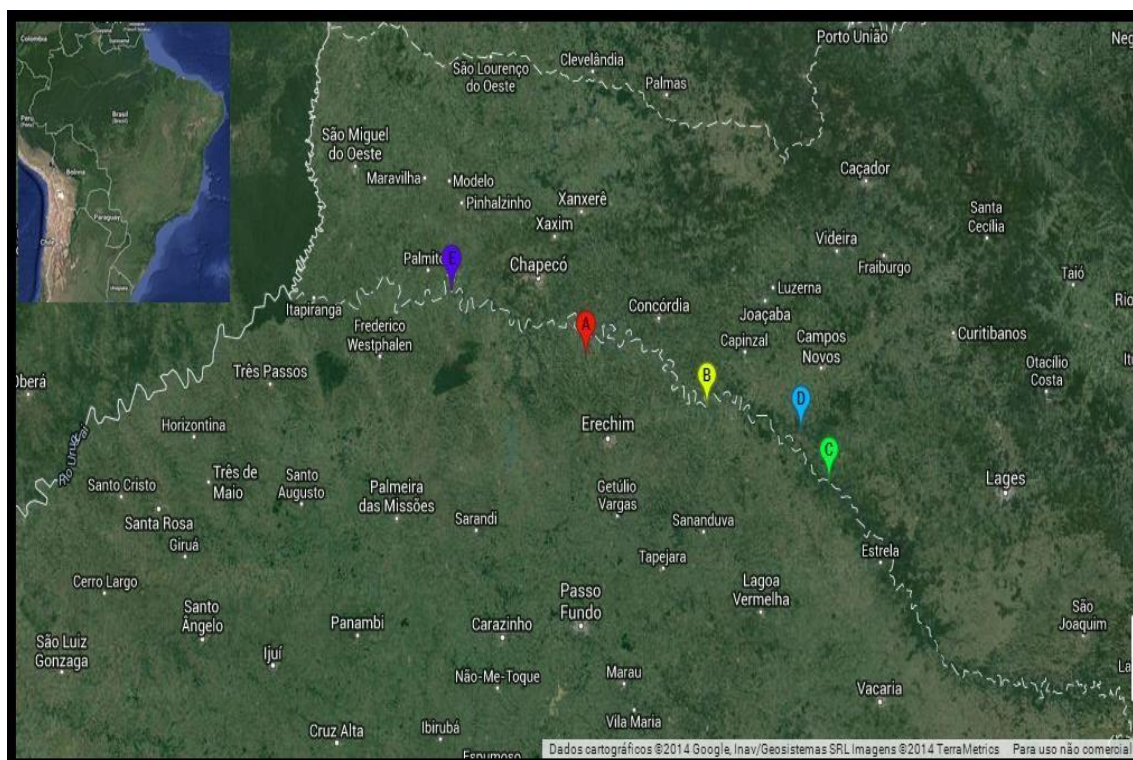
A utilização de forma indiscriminada dos recursos naturais, por muito tempo, foi justificada pela necessidade crescente de desenvolvimento e pela melhora do *status* socioeconômico das sociedades, tendo a história sido caracterizada pela constante ruptura da relação entre o homem e a natureza.

Porém, essa visão tem sido colocada em xeque quando, dessa mesma sociedade, emerge a consciência de que, sendo os recursos naturais finitos, sua exploração e a apropriação inconsequente dos espaços, tem construído um padrão de desenvolvimento insustentável, o que acarretou na crescente incorporação da temática ambiental nas discussões sobre o desenvolvimento mundial, principalmente, porque tem se verificado que os danos socioculturais, ambientais e até mesmo econômicos, no médio e longo prazo, são em grande parte irreversíveis.

Nessa ótica, uma das problemáticas que emergiram foi a relacionada à política de ampliação do setor elétrico no Brasil, em especial na construção de hidrelétricas. Tal discussão deve ser levada para além dos aspectos meramente compensatórios, sendo necessária a avaliação do nível de alteração na qualidade de vida das populações atingidas por esses empreendimentos.

A partir da análise das políticas públicas aqui atendidas como “colocar o governo em ação e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente)” (SOUZA, 2006, p. 26), é possível identificar uma carência, na construção de instrumentos que consigam perceber a real interferência dos empreendimentos hidrelétricos e a efetividade das políticas compensatórias na vida das populações direta e indiretamente atingidas.

Este artigo tem como objeto de estudo a qualidade de vida das populações remanejadas em função da construção das Usinas Hidrelétricas, conforme Figura 1: Campos Novos, Barra Grande, Machadinho, Itá, e Fóz do Chapecó, localizadas na bacia dos rios Pelotas e Uruguai na divisa entre os estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, identificando suas consequências para a qualidade de vida da população localizada ao longo das áreas atingidas.

**Figura 1.** Mapa da localização das UHEs estudadas na bacia hidrográfica do Rio Uruguai

Hidrelétricas da bacia hidrográfica do rio Uruguai, segundo a ordem cronológica de operação: A-UHE Itá; B-UHE Machadinho; C-UHE Barra Grande; D-UHE Campos Novos; E-UHE Foz do Chapecó.

A região abrangida pela construção de barragens no Alto Uruguai experimentou grandes transformações ambientais, socioeconômicas e culturais. A partir dessa constatação, a seguinte questão norteou o trabalho: Quais as consequências da política de remanejamento aplicadas pelo setor elétrico na região estudada?

Assim, realizou-se uma análise da percepção da qualidade de vida da população atingida por estes empreendimentos hidrelétricos, através da seleção de algumas questões do *survey* (Anexo 1) aplicado no ano de 2011 em 632 indivíduos residentes na área de estudo. Estas questões contemplam a percepção dos entrevistados, antes e após a construção das UHEs, tomando como referência o fim dos anos 1980 e início dos anos 1990 (aqui representando o período anterior aos empreendimentos hidrelétricos) e o ano de 2011, quando da realização da pesquisa, como período posterior ao remanejamento.

Os aspectos analisados foram: bem-estar social, qualidade dos serviços públicos, infraestrutura domiciliar, bem-estar econômico e sustentabilidade ambiental. A amostra escolhida para tal foi a da população reassentada no município de origem, o que correspondeu a 384 entrevistados. Isso, em função de ser possível perceber, com maior facilidade, as alterações ocorridas e suas influências na qualidade de vida dos indivíduos em questão. Os municípios contemplados foram:

Abdon Batista, Águas de Chapecó, Alpestre, Anita Garibaldi, Aratiba, Barracão, Campo Belo do Sul, Campos Novos, Celso Ramos, Itá, Machadinho, Maximiliano de Almeida, Pinhal da Serra e Três Barras.

Primeiramente, é realizada a apresentação dos aspectos analisados, através de uma leitura descritiva destes, apontando assim, suas principais características. Logo em seguida, parte-se efetivamente para a construção dos índices e indicadores (através do software de análise quantitativa SPSS) de cada um dos aspectos relacionados ao antes e depois do remanejamento que forneceu uma base empírica para o monitoramento da qualidade de vida do atingidos por barragens.

## 1. QUALIDADE DE VIDA E OS ATINGIDOS POR BARRAGENS

Quanto ao conceito de qualidade de vida, são diversos os segmentos da sociedade que se apropriam desse termo, utilizando-o segundo Almeida *et al.* (2012, p. 15) para “resumir melhorias ou um alto padrão de bem-estar na vida das pessoas, sejam elas de ordem econômica, social ou emocional”. Isso se dá em função, do termo possibilitar:

[...] muitos significados, que refletem conhecimentos, experiências e valores de indivíduos e coletividades que a ele se reportam em variadas épocas, espaços e histórias diferentes, sendo, portanto, uma construção social com a marca da relatividade cultural (MINAYO HARTZ e BUSS 2000, p. 8).

Assim, o conceito de qualidade de vida “encontra-se numa fase de construção de identidade” (ALMEIDA *et. al.*, 2012, p. 15) e em razão da sua “complexidade e utilização por diversas áreas de estudo [...] a falta de consenso conceitual é marcante” (FARQUHAR, 1995 *apud* PEREIRA, TEIXEIRA e SANTOS, 2012, p. 241). Essa seria a razão de se encontrar na literatura diversas interpretações.

A definição utilizada para nortear esse trabalho é a apresentada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) que define qualidade de vida como “a percepção do indivíduo sobre posição na vida, dentro do contexto dos sistemas de cultura e valores nos quais está inserido e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações” (WHOQOL, 1997, p. 1). Essa escolha se deu, em razão dessa definição contemplar, junto com as concepções objetivas, as percepções e expectativas subjetivas sobre a vida do indivíduo, e por ser uma conceituação reconhecida internacionalmente.

A qualidade de vida é um direito do cidadão, sendo segundo Machado (1994, p. 48) “um elemento finalista do Poder Público”. Contudo, a conquista de direitos é consequência de muitas lutas e da organização popular, que visam corrigir as diversas injustiças geradas (ANAB, 2013). Um exemplo

desses movimentos é o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), que consiste em “um movimento nacional, autônomo, de massa, de luta, com direção coletiva em todos os níveis, com rostos regionais, sem distinção de sexo, cor, religião, partido político e grau de instrução [...] um movimento popular, reivindicatório e político” (MAB, 2011, s.d.).

Esse movimento tem origem a partir da Comissão Regional dos Atingidos por barragens (CRAB), criada na região Sul do país, mais precisamente no Alto Uruguai, no final dos anos de 1970, por pequenos agricultores, meeiros, arrendatários e trabalhadores rurais “em reação aos reflexos da exploração sistemática do potencial hidrelétrico da bacia” (LOCATELLI e ROCHA, 2013, p. 28).

Eles reivindicavam “indenizações justas”:

[...] das perdas a que estavam sujeitos com a construção das usinas. Logo adiante as famílias avançaram no debate da indenização no sentido de que tinham o direito de continuar na terra, sendo agricultores, produzindo seu próprio alimento. Ou seja, a indenização não poderia ser qualquer coisa, deveria garantir a permanência na terra. Por isso a principal bandeira de reivindicação passou a ser TERRA POR TERRA (MAB, 2011, s.p.).

Essa junção de forças entre os atingidos trouxe importantes conquistas a nível regional e que serviram de exemplo para o restante do país. Um desses avanços ocorreu em 1987, quando as famílias atingidas pela construção UHE Itá conquistaram o acordo sobre a construção de reassentamentos coletivos (MAB, 2011). Nesse acordo constavam as “regras de quem eram os atingidos e também sobre os padrões de casa, terra, assistência técnica para as famílias reassentadas. O acordo é uma referência até hoje para a luta por reassentamentos nas várias regiões onde os atingidos estão organizados” (MAB, 2011, s.p.).

Em 1989, foi realizado o Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens, que contou com a presença de representantes de movimentos semelhantes à CRAB de várias regiões do país, “foi então decidido constituir uma organização mais forte a nível nacional para fazer frente aos planos de construção de grandes barragens” (MAB, 2011, s.p.). Assim, em 1991 foi fundado o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) –, que atualmente é o principal movimento popular brasileiro de resistência à construção de barragens (VIANA, 2003).

Para Nascimento *et al.* (2003):

[...] não se trata somente de uma luta de camponeses, muito embora seja essa a base fundamental do movimento. Envolve também outros setores sociais interessados na contestação do modelo de desenvolvimento vigente em nosso país, modelo esse que expropria o campesinato, destrói a natureza e está vinculado a uma política industrial que coloca o Brasil no sistema capitalista

internacional como grande exportador de energia em produtos (NASCIMENTO *et al.*, 2003, p. 1)

A bacia do rio Uruguai é considerada o berço do MAB, onde parte significativa de suas lideranças é formada, e onde se desenvolveram complexos e profundos laços com outros movimentos sociais de trajetórias semelhantes, especialmente o Movimento dos Sem-Terra (MST) (LOCATELLI e ROCHA, 2013).

O MAB questiona as ações do empreendedor, visto que, estas “deveriam melhorar as condições de vida dos atingidos (e não piorar!), ou seja, não deveria haver retrocesso nas condições de vida dos atingidos por barragens” (ANAB, 2013, p. 22).

Dessa forma, a criação de indicadores para mensurar a qualidade de vida dessa população se torna um instrumento valioso, com o intuito de conseguir identificar os conflitos gerados e a efetividade das políticas compensatórias aplicados pelo setor elétrico a fim de mitigar os impactos negativos gerados pela construção das UHEs.

### **1.1. CARACTERÍSTICAS DA REGIÃO DO ALTO URUGUAI**

A região do alto Uruguai foi ocupada predominantemente por índios Tupi-Guarani e kaingangues, por caboclos a partir do século XVII e da chegada de imigrantes europeus, em especial alemães e italianos no século XIX (ROCHA, 2012). Caracteriza-se por um forte gradiente topográfico, o que propicia alto potencial de geração hidrelétrica. Por essa razão, desde a década de 1960 tem-se desenvolvido estudos para fins de exploração hidrelétrica (CRAVO, 2006).

No ano 1979, a Eletrosul realizou a publicação da revisão do inventário hidrelétrico da bacia do Rio Uruguai, e “nele recomendou a construção de 22 empreendimentos, priorizando a construção de 10 UHEs no trecho brasileiro e outras três no trecho compartilhado com a Argentina” (MORAIS e BAQUERO, 2014, p. 85). Conforme figura 4, “a partir deste momento o Alto Uruguai foi palco de uma longa disputa entre forças desiguais, com interesses também dessemelhantes, porém nem sempre contrários em sua totalidade” (PICOLI, 2012, p. 5).

Atualmente, já foram inventariadas mais de trinta UHEs na bacia, já em operação, em fase de instalação ou ainda em planejamento (CRAVO, 2006). Os projetos para a construção de barragens sempre vieram acompanhados do discurso de que as hidrelétricas trariam progresso e desenvolvimento para região, e de acordo com Rocha (2012, p. 165) o argumento utilizado pelo empreendedor ainda hoje é o de que “os municípios da região de influência da usina sentirão os impactos positivos do empreendimento durante e após a construção da hidrelétrica”.

Entretanto, “pesquisas nacionais e internacionais têm demonstrado que em âmbito regional e local a instalação dessas usinas invariavelmente implica uma reordenação territorial e consequências socioambientais nada desprezíveis” (REIS e BORNHOLDT, s.d., p. 1), em função da necessidade do alagamento de grandes áreas e o envolvimento de diversas agências e atores sociais, entre os quais:

[...] se destacam as agências nacionais de regulamentação do setor elétrico, os consórcios públicos ou privados responsáveis pela execução de empreendimentos hidroenergéticos e as populações regionais e locais, ocupantes de áreas requisitadas para sua instalação (REIS e BORNHOLDT, s.d., p. 1).

Segundo Hüffner e Engel (2011), as UHEs construídas na região do rio Uruguai (figura 5) impactaram a população e a área de 50 municípios, sendo que 585,36 km<sup>2</sup> de terra que pertenciam em sua maioria a agricultores familiares, foram alagadas, acarretando o deslocamento de cerca de 12.800 famílias o que corresponde a aproximadamente 60 mil pessoas. Aliado a isso, ao redor dos lagos formados “permanecem ainda sem solução mais de 300 comunidades atingidas, desestruturadas, onde vivem mais de 10.000 famílias, o equivalente a 40.000 pessoas. Ou seja, foram mais de 100.000 pessoas atingidas” (HÜFFNER e ENGEL, 2011, p. 21).

Conforme Moraes e Baquero (2014, p. 105), em 1982, foi liberada a construção das primeiras barragens nacionais, Machadinho e Itá, sendo que “a partir da década de 1990 foram concluídas cinco UHEs no trecho brasileiro do rio Uruguai: Itá (1999), Machadinho (2001), Barra Grande (2006), Campos Novos (2008) e Foz do Chapecó (2010).

## **2. ELEMENTOS DE ANÁLISE DA QUALIDADE DE VIDA DOS ATINGIDO POR BARRAGENS**

### **2.1. BEM-ESTAR SOCIAL**

Inicialmente se faz necessário identificar o conceito de “bem-estar”, visto que, como argumenta Nogueira (2002, p. 107), “é uma daquelas palavras polissêmicas que, usadas há longo tempo, tanto no plano teórico quanto no cotidiano, acabam por conter significados variados que obscurecem seu sentido”. Para a autora esse conceito pode ser abordado pela visão de Graff, ou seja, “um ‘estado de espírito’ não é uma grandeza mensurável, como um preço de mercado ou os componentes do consumo pessoal, mas algo de natureza completamente diferente” (NOGUEIRA, 2002, p. 114-115), comportando desde elementos objetivos como a higiene, a jornada de trabalho, até elementos não objetivos como o ambiente da comunidade onde o indivíduo reside (FOURASTIÉ apud



NOGUEIRA, 2002). Nesse sentido, o presente estudo trata o “bem-estar” como um conjunto de elementos necessários à manutenção da qualidade de vida de um indivíduo ou população.

O termo “bem-estar social, trata da vinculação do homem ao seu entorno social” (NOGUEIRA, 2002, p. 115). Por essa razão, trabalhou-se durante a análise desse estudo como a percepção subjetiva do indivíduo quanto ao ambiente onde está inserido, abrangendo elementos relacionados a manutenção de seu convívio e de seu lazer em sociedade. Essas atividades de lazer são:

[...] entendidas aqui como relações sociais que permeiam a *terra* e o *trabalho* e também evidenciam a solidariedade entre os agricultores familiares. A troca – e não a venda – de produtos da unidade familiar (um bolo feito pela mãe, embutidos ou frutas do pomar), as visitas entre as famílias, a ajuda no abatimento de animais, a formação de equipes de futebol ou bocha nas comunidades, os Clubes de Mães, a organização de festas para arrecadar fundos para a Capela, ou mesmo os mutirões para a construção e manutenção da sede comunitária, são ações que também funcionam no fortalecimento do vínculo entre os agricultores familiares (ROCHA, 2012, p. 97).

Com o intuito de verificar o bem-estar social dos indivíduos atingidos pela construção de barragens, antes e após o remanejamento, foi selecionada a seguinte questão do *survey*: “falando sobre atividades na comunidade, antes e depois do remanejamento: Havia atividades de lazer na comunidade?” A partir das respostas a essa pergunta gerou-se a Tabela 1:

**Tabela 1.** Lazer na comunidade antes e depois do remanejamento (%)

Questões	Antes			Depois		
	Sim	Não	N	Sim	Não	N
Havia atividade de lazer	79,2	20,8	371	72,2	27,8	378
Costumava ir	79,1	20,9	349	68,1	31,9	345
Gostava	83,0	17,0	342	75,6	24,4	328
Visita aos vizinhos regularmente	92,7	7,3	370	79,2	20,8	375

Fonte: Banco de Dados da P&D Remanejamento, 2012.

Quando se compara os percentuais referentes à participação em atividades de lazer na comunidade, percebe-se que passou de 20,9% antes para 31,9% depois do remanejamento os indivíduos que “não costumava ir” a essas atividades, o que corresponde a um aumento de 11 pontos percentuais. Também ocorreu um aumento entre indivíduos que “não gostavam” dessas atividades, passando de 17% antes para 24,4% depois do remanejamento, correspondendo a um aumento de 7,4 pontos percentuais. Além disso, outra questão muito relevante é a referente a visita aos vizinhos com regularidade, onde ocorreu um acréscimo de 184,9% nos indivíduos que deixaram de realizar essa atividade, passando de 7,3% antes para 20,8% depois do remanejamento.

Essa mudança de comportamento na comunidade pode estar vinculada à falta de cuidado, quando dos remanejamentos, em manter os núcleos tradicionais próximos, como familiares e a vizinhança original, o que pode ter proporcionado um afastamento que reduziu o interesse em realizar atividades de lazer na comunidade, visto não haver laços e proximidade como havia anteriormente, com os novos vizinhos.

## 2.2. QUALIDADE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

Ao tratar de qualidade de serviços, Fadel e Filho (2009) apresentam as dimensões propostas por Las Casas (1999), que são: a confiabilidade; a segurança, aspectos tangíveis (como instalações e equipamentos); e a empatia. Segundo esses autores, essas dimensões também podem ser aplicadas aos serviços públicos.

Assim, pode-se dizer que nesse caso, existe uma junção entre fatores objetivos e subjetivos, pois não só a questão material importa, mas também a forma como tais serviços são executados e percebidos pela população. A partir dessa visão escolheu-se a questão “como o (a) Sr. (a) avalia a qualidade dos seguintes serviços?”, e para tal as respostas contemplavam “boa, regular e ruim”, para o período anterior e posterior ao remanejamento, conforme a Tabela 2.

**Tabela 2.** Qualidade dos serviços públicos antes e depois do remanejamento (%)

	Antes				Depois			
	Boa	Regular	Ruim	N	Boa	Regular	Ruim	N
Saúde	34,5	45,0	20,5	380	64,6	27,3	8,1	381
Educação	48,1	36,4	15,5	374	78,4	18,1	3,5	375
Esporte/lazer	50,0	33,5	16,5	364	58,0	26,4	15,5	367
Transporte	35,4	29,9	34,7	378	66,8	12,9	20,3	379
Segurança	50,5	32,8	16,7	366	62,4	24,9	12,7	370
Saneamento	23,5	26,5	50,0	374	70,4	17,2	12,4	378
Habitação	24,7	37,2	38,1	360	70,9	19,4	9,7	361
Telefonia	13,7	18,7	67,5	379	68,2	13,9	17,8	381
Energia	57,9	16,8	25,3	380	83,6	11,5	5,0	383
Política agrícola	33,6	32,4	33,9	333	72,3	15,6	12,1	321

Fonte: Banco de Dados da P&D Remanejamento, 2012.

O item “lazer/esporte” teve o menor acréscimo entre os itens elencados de 50% para 58% (8 pontos percentuais) o que desvia do restante dos itens, que tiveram um aumento acima de 25 pontos percentuais. Essa situação pode ser um reflexo da redução dos indivíduos que participavam e gostavam das atividades de lazer em sua comunidade, apresentada na tabela acima .

A maior variação no serviço público considerado “bom” após o remanejamento foi observado no item habitação, de 24,7% para 70,9%, o que corresponde a uma variação positiva de 46,2 pontos

percentuais, ou seja, um incremento de aproximadamente 187,04%. Outro ponto importante é quanto a energia elétrica, que passou de 57,9% para 83,6% após o remanejamento, tendo um acréscimo de aproximadamente 44,4% nos indivíduos que consideram o serviço bom, e atualmente entre os serviços analisados é o que contempla o maior percentual de indivíduos.

### 2.3. INFRAESTRUTURA DOMICILIAR

Quanto à infraestrutura disponível em determinado local, segundo o Instituto de Pesquisa e Econômica Aplicada (IPEA), esta “constitui um indicador das suas condições de desenvolvimento. Ao mesmo tempo, essa disponibilidade ou sua ausência favorecem ou limitam o processo de desenvolvimento econômico e territorial” (IPEA, 2010 p. 19). Neste trabalho ela contempla a percepção objetiva dos remanejados, tendo em vista que se refere a bens materiais que podem ser quantificados.

Para analisar essa variável, foram utilizadas as respostas do *survey*, quanto à questão: “o que possuía em casa antes e depois do remanejamento?” gerando a Tabela 3.

**Tabela 3.** Infraestrutura antes e depois do remanejamento (%)

	Antes			Depois		
	Sim	Não	N	Sim	Não	N
Água Encanada	70,4	29,6	379	97,9	2,1	382
Luz Elétrica	77,1	22,9	380	99,2	0,8	383
Banheiro	62,8	37,2	376	99,5	0,5	382
Telefone	23,4	76,6	376	87,7	12,3	382
Máquina de lavar roupa	45,1	54,9	377	94,0	6,0	383
Refrigerador	68,3	31,7	379	97,4	2,6	383
Freezer	52,8	47,2	379	91,1	8,9	383
TV	69,1	30,9	379	97,1	2,9	383
Antena Parabólica	48,0	52,0	379	92,4	7,6	383
Computador	4,0	96,0	377	22,0	78,0	382

Fonte: Banco de Dados da P&D Remanejamento, 2012.

Através dos dados, é possível observar que houve considerável incremento em todos os quesitos (água, luz, banheiro, telefone, máquina de lavar roupa, refrigerador, freezer, TV, antena parabólica e computador), após o remanejamento. Entre as informações coletadas sobre a infraestrutura, a disponibilidade de luz elétrica e de banheiro nas residências atualmente contempla quase a totalidade dos indivíduos, passando de 77,1% e 62,8%, para 99,2% e 99,5%, respectivamente. Entretanto o item que apresentou maior percentual de incremento foi o telefone, que passou de 23,4%, para 87,7%, o que correspondeu a um aumento de 274,8% comparado a antes do remanejamento. Quanto a indivíduos que atualmente tem acesso água encanada, o incremento foi de 39,1%, significando que hoje 97,9% dessas pessoas tem acesso a esse item.

Analisando o comportamento dos indicadores: água e luz, pode-se dizer que esse aumento na abrangência, pode estar atrelado a infraestrutura existente ou construída nos reassentamentos, visto que muitas famílias habitavam anteriormente áreas rurais muito afastadas onde esses serviços não eram disponibilizados. A questão dos banheiros também pode estar vinculada a este fato.

Quanto à questão dos bens como telefone, máquina de lavar roupa, freezer, TV, antenas parabólicas e, até mesmo computador, é preciso se ter claro que o período que contempla o “antes do remanejamento” para algumas hidrelétricas, se remete ao final da década de 1980 e início da década de 1990, época em que não eram bens comuns à maioria da população brasileira, podendo ser essa alteração positiva, um fato relacionado ao contexto econômico do país e, não diretamente aos impactos gerados pela realocação da população atingida.

#### 2.4. BEM-ESTAR ECONÔMICO

De acordo com Vidigal (2012, p. 1) o bem-estar está atrelado a diversas dimensões, como já visto anteriormente, que se correlacionam entre si. Uma dessas dimensões é o econômico “cujo enfoque é direcionado aos elementos que proporcionam maior nível de comodidade econômica e satisfação individual ou coletiva”.

Dessa forma, foi selecionada a questão do *survey* relacionada à renda familiar anterior e posteriormente ao remanejamento (em salários mínimos) como por ser observado na tabela 4. Tendo o intuito de avaliar o bem-estar econômico da população atingida por empreendimentos hidrelétricos.

**Tabela 4.** Renda da população antes e após o remanejamento (%)

Até 1 sm*	Mais de 1 sm até 2 sm	Mais de 2 sm até 5 sm	Mais de 5 sm até 10 sm	Acima de 10 sm	Não tinha renda	N
Antes						
58,6	20,2	18,5	1,3	1,0	0,3	297
Depois						
30,3	36,8	23,6	5,9	3,4	0	356

\*salário mínimo

Fonte: Banco de Dados da P&D Remanejamento (2012).

Observa-se que, a partir da Tabela 4, mais da metade dos indivíduos (58,6%) antes do remanejamento recebiam até um salário mínimo, tendo esse percentual sido reduzido para 30,3% após o remanejamento. Também, é possível verificar um incremento nos indivíduos que ganhavam mais de cinco até dez salários mínimos de 1,3% para 5,9%. E com exceção dos indivíduos que ganhavam até um salário mínimo e dos que não tinham renda, todas as outras faixas tiveram um aumento em seu percentual, ou seja, parte das pessoas migraram da menor faixa de renda para outras mais altas.

Nessa ótica, verificou-se um aumento dos indivíduos que conseguem poupar dinheiro no fim do mês, conforme Tabela 5.

**Tabela 5.** Indivíduos que pouparam dinheiro antes e após o remanejamento (%)

Sim	Não	NS	Total
Antes			
56,0	43,5	0,5	382
Depois			
72,6	27,4	0	383

Fonte: Banco de Dados da P&D Remanejamento, 2012.

Ocorreu uma redução no percentual de pessoas que não pouparam passando de 43,5% para 27,4%, uma redução de 16,1 pontos percentuais, o que pode estar relacionado com a variação da renda da população apresentada na tabela anterior.

A Tabela 6 apresenta a percepção dos atingidos quanto a sua renda familiar.

**Tabela 6.** Percepção da situação quanto a renda familiar dos atingidos (%)

Resposta	%
Melhor	65,6
Igual	21,4
Pior	13,0
Total	100,0

N 384

Fonte: Banco de Dados da P&D Remanejamento, 2012.

É possível perceber que a maioria dos entrevistados (65,6%) considera que sua renda familiar melhorou após o remanejamento.

## 2.5. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Embora a questão sobre sustentabilidade ambiental seja uma dimensão de difícil medição, está “diretamente relacionada ao desenvolvimento econômico e material sem agredir o meio ambiente, usando os recursos naturais de forma inteligente para que eles se mantenham no futuro” (FRANCISCO *et al.*, 2011, p. 2), se optou em abordar nesse item a utilização ou não de agrotóxicos e adubos químicos nas propriedades, tendo em vista que, não há outras questões sobre sustentabilidade ambiental no *survey*.

São considerados agrotóxicos:

[...] produtos e agentes de processos físicos, químicos ou biológicos, utilizados nos setores de produção, armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, pastagens, proteção de florestas, nativas ou plantadas, e de outros ecossistemas e de ambientes urbanos, hídricos e industriais (MMA, 2015, s/p).

Os agrotóxicos têm sua utilização voltada para o combate de pragas, doenças e ervas daninhas. Entretanto seu uso intensivo tende a contaminar os solos, águas superficiais e subterrâneas, além de prejudicar a saúde tanto dos consumidores dos alimentos, quanto os agricultores que lidam diretamente com esse produto.

Os adubos químicos ou fertilizantes “são compostos que visam atender as deficiências por minerais de elementos vitais para o desenvolvimento das plantas” (AGEITEC, 2015, s.p.). Estes são “utilizados para o aumento da produtividade agropastoril, estando associados à eutrofização dos rios e lagos, à acidificação dos solos, à contaminação de aquíferos e reservatórios de água, e à geração de gases associados ao efeito estufa” (IBGE, 2012).

A produção agrícola no Brasil está cada vez mais dependente dos agrotóxicos e fertilizante, tendo em 2008 sido o maior consumidor de produtos agrotóxicos no mundo e respondendo, na América Latina, por 86% dos produtos vendidos (IBGE, 2012), o que é algo muito preocupante do ponto de vista da sustentabilidade, e torna a questão bastante pertinente.

Assim, a seguinte questão foi utilizada: “sobre a utilização de agrotóxicos e adubos químicos na lavoura, o senhor utilizava na antiga propriedade? E hoje?” Conforme demonstrado pela tabela 7, ocorreu o acréscimo de indivíduos que atualmente utilizam agrotóxico e adubos químicos em sua nova propriedade, passando de 9,5% para 46,8% o que corresponde a um incremento de 37,3 pontos percentuais.

**Tabela 7.** Utilização de agrotóxicos e adubos químicos na propriedade (%)

Antiga	Atual	Ambas	Nenhuma
9,5	46,8	34,3	9,5

N 359

Fonte: Banco de Dados da P&D Remanejamento, 2012.

O crescimento da utilização de agrotóxicos pode ser explicado pela mudança do tipo de produção, que antes eram quase que exclusivamente para subsistência, e atualmente, é voltada à comercialização. Também pode estar atrelada a maior facilidade de acesso a esses produtos, visto que, com são proprietários das terras, podem contratar financiamentos agrícolas, o que não era possível quando eram arrendatários.

### 3. CONSTRUÇÃO DE ÍNDICES

Depois de realizada a descrição das variáveis que fazem parte de cada um dos indicadores utilizados na construção dos índices se iniciou a formulação e análise dos índices. Porém, antes de passar para fase efetiva da construção de tais índices, as questões do *survey* foram submetidas a algumas análises no software SPSS: a análise de correlação e a análise fatorial, que buscam simplificar os dados reduzindo o número de variáveis. Criaram-se, novas tabelas utilizando somente as variáveis que melhor se relacionam e apresentam maior influência entre si.

Após as adequações dessas variáveis (exclusão das que não apresentavam relevância estatística, e a manutenção daquelas com grande importância teórica para o estudo), foi realizando o teste de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) para verificar a qualidade da análise fatorial. Constatou-se que todas as novas análises tiveram resultados acima de 0,7, ou seja, consideradas de média e boa qualidade, o que confirma a existência de “uma elevada consistência interna dos fatores, o que permite o cálculo de índices” (PESTANA e GAGUEIRO, 2003, p. 397).

Assim, partiu-se para a próxima fase, onde para cada um dos indicadores (bem-estar social, qualidade dos serviços públicos e infraestrutura) criou-se dois índices, um relacionado ao “antes” e outro ao “depois” do remanejamento, objetivando realizar o confronto desses dois momentos, com o intuito de expor a percepção das alterações na qualidade de vida dessas populações. Já com relação à sustentabilidade ambiental e o bem-estar econômico, estes se mantiveram como indicador.

Para a criação dos índices, foram consideradas as respostas das questões e utilizada uma expressão numérica no software para determinar os índices. Com relação ao “bem-estar social” e a “infraestrutura domiciliar” a variação dos valores aritméticos ficou entre 1,00 e 2,00, onde 1,00 corresponde ao extremo da percepção positiva e 2,00 ao extremo da percepção negativa. Tais índices foram divididos em três categorias de percepção: boa, regular e ruim, compreendendo as seguintes variações de acordo com o Quadros 1:

**Quadro 1.** Categorias de percepção dos índices de “bem-estar social” e a “infraestrutura domiciliar”

Varição	Categoria
1,00 – 1,33	Boa
1,34 – 1,66	Regular
1,67 – 2,00	Ruim

Fonte: Elaborado pela autora

O índice de “qualidade dos serviços públicos” teve uma variação de valor aritmético de 1,00 a 3,00, onde 1,00 é o extremo da percepção positiva, porém, passa a ser 3,00 o extremo de percepção negativa. Seguindo os índices anteriores, este também foi dividido em três categorias, porém com diferenciação na variação, como pode ser observado no Quadro 2.

**Quadro 2.** Categoria de percepção dos índices de “qualidade dos serviços públicos”

Varição	Categoria
1,00 – 1,66	Boa
1,67 – 2,33	Regular
2,34 – 3,00	Ruim

Fonte: Elaborado pela autora

É preciso frisar que, em todas as construções se convencionou excluir as respostas NS (não sabe) e NR (não respondeu), assim, somente fizeram parte do índice as questões efetivamente respondidas (sim/não; bom/regular/ruim), sendo que, somente estas foram enquadradas em uma das categorias. As respostas NR e NS estão computadas como “ausentes”. Além disso, na construção de índices o próprio software exclui casos de não respostas, desta maneira estão computados apenas os casos em que os entrevistados responderam a todas as perguntas que fazem parte do índice.

### 3.1. RESULTADOS

#### 3.1.1. ÍNDICE DE BEM-ESTAR SOCIAL (IBES)

Quando comparado os índices relacionados ao bem-estar social antes e depois do remanejamento, demonstrado pela Tabela 8, não é possível perceber alterações consideráveis, demonstrando que a grande maioria a população 81,7% (antes 83,0%) acredita que ainda existe uma boa qualidade de suas relações na comunidade. Dessa forma, os dados demonstram não haver tido alteração considerável na percepção da qualidade de vida quando relacionado ao bem-estar social.

**TABELA 8.** Índice de bem-estar social (%)

Resposta	Antes	Depois
Bom	83,0	81,7
Regular	3,6	4,7
Ruim	13,4	13,6
TOTAL	100,0	100,0
N	336	295

Fonte: Banco de Dados da P&D Remanejamento, 2012.

Entretanto, uma observação deve ser feita, os dados apresentados pelo *survey*, sobre esta questão contrasta com os relatos das entrevistas em profundidade realizadas na região, como pode ser observado no relato de um morador que reside nas áreas remanescentes da comunidade de São José, atingida pela UHE de Foz do Chapecó. Quando questionado sobre como era e como está o convívio em comunidade após o empreendimento, sua resposta foi:

[ ] *aqui de primeiro era melhor, tinha mais gente, nos sentimos isso poucos dias atrás quando morreu o pai dela (esposa), na terça da semana passada ela tocou de ir até Chapecó e pegar um ônibus para ir, porque agora não se consegue nenhum caseiro para ficar, não tem. Antes ainda tinha o nosso “piá” em casa que*



*agora completou 18 anos e se mandou para a cidade, não quer ficar mais aqui, porque chega os finais de semana e não tem um divertimento, nada. Aqui, se tu quiseres arrumar um caseiro, só se o pessoal abandona a casa deles pra vir cuidar da nossa. [...] Acho que tinha umas cento e vinte famílias, na comunidade, hoje [...] olha lá se tiver trinta. Antes nós fazíamos festas, final de semana tu tinha onde ir. Aqui em Dom José nós tinha um time, que era registrado como Alto Uruguai, sempre quando tinha campeonato na região, nós sempre “participava”. Agora, acho que em 2003 ou 2004 foi o último, porque não tem mais ninguém “pra” jogar bola. [...] Aqui acho que faz uns sete anos que não sai uma festa. Na última festa que fizemos aqui nós não “tinha” nem quem fosse organizar ou trabalhar na festa (Morador da comunidade de Dom José – atingido pela UHE de Foz do Chapeco – Entrevista realizada em 19/09/2014).*

O relato acima expõe as perdas sofridas pelos atingidos com relação ao convívio em comunidade, fica claro o saudosismo com relação as atividades que antes eram realizada e mobilizavam toda a comunidade e que atualmente ocorrem de forma esporádica e sem a participação efetiva de todos.

Na busca de compreender essa contradição, realizou-se o cruzamento entre os tipos de remanejamento e o índice de bem-estar social depois do remanejamento. O resultado obtido está apresentado na Tabela 9.

**TABELA 9.** Tipo de remanejamento x índice IBES-depois do remanejamento (%)

Tipo de remanejamento	% de entrevistados	Índice bem-estar social depois			
		Bom	Regular	Ruim	Total
RAR	6,8	75	5	20	100
PRR	5,4	68,8	-	31,2	100
RRC	21,4	82,5	8	9,5	100
CC	30,3	82	5,6	12,4	100
Indenização em dinheiro	27,9	82,9	1,2	15,9	100
RU	6,8	90	10	-	100
Acordo Social	1,4	100	-	-	100
Total	100				

N 294

Fonte: Banco de Dados da P&D Remanejamento, 2012.

Quando analisadas as respostas dos indivíduos remanejados em Reassentamentos em Áreas Remanescentes (RAR) e Pequenos Reassentamentos Rurais (PRR), pode-se verificar que são os que percentualmente mais consideraram ruim a relação comunitária após a instalação das UHEs, 20% e 31,2%, respectivamente. Entretanto, os indivíduos remanejados nessas opções correspondem somados à somente 12,2% dos entrevistados o que pode ter contribuído para demonstrar um cenário de manutenção do índice de bem-estar social após o remanejamento (Tabela 9), isso pode estar

ocorrendo em função da grande maioria dos entrevistados serem provenientes de remanejamentos com indenização em dinheiro, carta de crédito e Reassentamento Rural Coletivo (RRC).

Assim, na melhor das hipóteses (através dos dados quantitativos apresentados) é possível considerar que houve a manutenção do bem-estar social nas comunidades, e a instalação das UHEs não contribuiu para a melhora desse indicador.

### 3.1.2. ÍNDICE DE QUALIDADE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS (IQSP)

Quando se trata de qualidade dos serviços públicos (Tabela 10) é nítido o salto no percentual de indivíduos que após o remanejamento passaram a considerá-lo bom, passando de 38% no período anterior para 75,7% atualmente, um acréscimo de 99,2% na quantidade de indivíduos dessa opinião.

**TABELA 10.** Índice de qualidade dos serviços públicos (%)

Resposta	Antes	Depois
Bom	38,0	75,7
Regular	44,0	21,6
Ruim	18,0	2,7
TOTAL	100,0	100,0

N 332 333

Fonte: Banco de Dados da P&D Remanejamento, 2012.

Para entender essa mudança na percepção dos indivíduos, realizou-se o cruzamento entre a comunidade anterior/atual ao remanejamento e os IQSP antes e depois do remanejamento, conforme demonstrado na Tabela 11.

**TABELA 11.** Localidade anterior x IQSP-antes do remanejamento (%)

Respostas	%
Bom	38
Regular	44,4
Ruim	17,6
Total	100

N 329

Fonte: Banco de Dados da P&D Remanejamento, 2012.

Quando comparadas as comunidades anteriores e o IQSP antes do remanejamento (Tabela 11) constatou-se que o nível de qualidade desses serviços era tido como bom somente para 38% dos entrevistados.

Já na Tabela 12 é possível observar que nas localidades atuais comparadas com o IQSP depois do remanejamento, esse percentual teve um crescimento abrupto, passando para 76,2% dos entrevistados. Essas informações constataam que a mudança pode ter sido influenciada pelo melhor acesso que o novo local tem a esses serviços.

**Tabela 12.** Localidade atual X IQSP-depois do remanejamento (%)

Respostas	%
Bom	76,2
Regular	21,1
Ruim	2,8
Total	100

N 323

Fonte: Banco de Dados da P&amp;D Remanejamento, 2012.

Assim, foi realizado o cruzamento entre o tipo de remanejamento e o IQSP depois do remanejamento, conforme demonstrado pela Tabela 13.

**Tabela 13.** Tipo de remanejamento X IQSP-depois do remanejamento (%)

Tipo de Remanejamento	% dos entrevistados	Resposta			
		Bom	Regular	Ruim	Total
RAR	8,2	74,1	22,2	1	100
PRR	6,0	85	15	-	100
RRC	17,5	82,8	17,2	-	100
CC	31	72,8	24,3	2,9	100
Indenização em dinheiro	31	70,9	24,3	4,9	100
RU	5,1	94,1	5,9	-	100
Acordo Social	1,2	50	50	-	100
Total	100				

N 332

Fonte: Banco de Dados da P&amp;D Remanejamento, 2012).

O maior percentual de satisfação, conforme tabela 13, está entre os reassentados em áreas urbanas (RU), ou seja, 94% das pessoas que optaram por esse tipo de reassentamento atualmente veem os serviços públicos como bom. A razão disso pode estar na maior facilidade que essas áreas têm, em geral, em acessar serviços como educação, saúde e saneamento básico, comparadas as regiões localizadas na zona rural. Também entre a população mais idosa percebeu-se esse fenômeno, pois estes procuravam “melhores condições de infraestrutura – principalmente hospitalar” (ROCHA, 2012, p. 277-278).

Entretanto, todas as modalidades de remanejamento apresentaram um percentual de “bom” acima de 50% dos entrevistados, o que demonstra que o remanejamento em função dos empreendimentos hidrelétricos ocasionou uma melhora na qualidade de vida no que diz respeito aos serviços públicos.

### 3.1.3. ÍNDICE DE QUALIDADE DE INFRAESTRUTURA DOMICILIAR (IQIED)

Na Tabela 14 é apresentado o índice de infraestrutura Individual, onde se percebe que o percentual de indivíduos que acreditavam que sua infraestrutura, antes do remanejamento, era ruim, chegava a 25,5%, em contrapartida, atualmente, dos indivíduos entrevistados nenhum considera sua infraestrutura como ruim. Isso constitui uma melhoria considerável, tendo em vista que, quase que a totalidade das respostas (94,8%) considera sua condição atual como boa.

**Tabela 14 . Índice qualidade de infraestrutura domiciliar (%)**

Resposta	Antes	Depois
Bom	54,3	95,8
Regular	20,1	4,2
Ruim	25,5	-
Total	100	100
N	368	380

Fonte: Banco de Dados da P&D Remanejamento, 2012.

Em relação ao percentual total dos entrevistados (Tabela 15), 31,3%, 30,5% e 18% são provenientes de indenização em dinheiro, carta de crédito e reassentamento rural coletivo, respectivamente, o que corresponde a 79,8%, dos indivíduos que participaram do *survey* fazendo com que a média percentual seja puxada para cima, com relação a opinião desses remanejados.

**Tabela 15. Tipos de remanejamentos (%)**

Respostas	%
RAR	8,4
PRR	5,2
RRC	18,0
CC	30,5
Indenização em dinheiro	31,3
RU	5,5
Acordo Social	1,0
Total	100

N= 383

Fonte: Banco de Dados da P&D Remanejamento (2012).

Para tentar entender quais foram os principais fatores dessa mudança de percepção de “ruim” para “boa” no IQIED, foi realizado o cruzamento do IQIED antes e após o remanejamento, o que possibilitou a identificação dos indivíduos que responderam que antes a infraestrutura era ruim, mas que atualmente está encontra-se boa. A partir daí, foram montadas as Tabelas 16, 17 e 18.

A Tabela 16 realiza o cruzamento entre os tipos de reassentamento e o IQIED “ruim” Antes *versus* IQIED “bom” depois do remanejamento. É possível visualizar que o maior percentual de

atingidos que alteraram de sua percepção da infraestrutura de “ruim” para “boa”, são aqueles que escolheram a carta de crédito (36,78%), também os RRC (27,59%) e indenização em dinheiro (16,09%).

**Tabela 16.** De IQIED “ruim” (antes) para IQIED “bom” (depois) segundo tipo de remanejamento (%)

Tipo de remanejamento	%
RAR	10,34
PRR	4,60
RRC	27,59
CC	36,78
Indenização em dinheiro	16,09
Acordo Social	4,6
Total	100

N= 87

Fonte: Banco de Dados da P&D Remanejamento, 2012.

Já a Tabela 17 analisou a variação de IQIED ruim (antes do remanejamento) para IQIED bom (após o remanejamento) segundo a alteração da renda familiar (melhor, igual ou pior). Sendo que essa população é de 87 entrevistados, o que representa 22,66% da amostra analisada. Como é possível perceber, 73,6% desses entrevistados afirmam que sua renda melhorou, o que pode ter impulsionado a aquisição de bens duráveis.

**Tabela 17.** De IQIED ruim (antes) para IQIED bom (depois) segundo percepção da renda familiar atual (%)

Renda atual familiar			Total
Melhor	Igual	Pior	
73,6	17,2	9,2	100

N= 87

Fonte: Banco de Dados da P&D Remanejamento, 2012.

Na Tabela 18 analisou-se a variação do IQIED ruim (antes do remanejamento) para o IQIED bom (depois do remanejamento), segundo a faixa de renda familiar atual dos remanejados. Essa população é de 80 entrevistados, o que representa 20,83% da amostra analisada. Os resultados demonstram que dos entrevistados que mudaram sua percepção de ruim para bom, 42,5% estão ainda na faixa de renda mais baixa, ou seja, tem renda familiar até 1 salário mínimo. Dessa forma, em um primeiro momento a melhoria da infraestrutura domiciliar não pode ser explicada completamente pela renda atual do remanejado. Ou seja, o baixo nível de renda não se reflete na posse ou aquisição de eletrodomésticos por essa população.

**Tabela 18.** De IQIED ruim (antes) para IQIED bom (depois) por faixa de renda familiar atual (%)

Faixa de renda familiar				Total
até 1 s. m	Mais de 1 sm até 2 sm	Mais de 2 até 5 sm	Mais de 5 sm	
42,5	33,75	18,75	5,0	100

N= 80

Fonte: Banco de Dados da P&amp;D Remanejamento, 2012.

Ainda sobre essa questão da infraestrutura domiciliar, é preciso frisar que o período anterior ao remanejamento, a maioria dos entrevistados tem como referência o final da década de 1990 e os anos 2000, e as entrevistas foram realizadas em 2011 (correspondendo ao pós-remanejamento). Dessa forma, durante esse período, o país como um todo, teve um incremento na aquisição desses tipos de bens. Conforme o IBGE (2014), constatou-se que no censo em 2000 a média da população que possuía bens duráveis como televisores e geladeiras eram 87,2%, 83,4%, respectivamente, passando no censo de 2010, para 95,1%, 93,7%. Outra questão é quanto a abrangência da energia elétrica e da água encanada no Brasil, a primeira variou de 86,4% (2000) para 97,8% (2010) e a segunda de 63% em 2000 para aproximadamente 83% em 2010, sendo que na região Sul do país esse percentual está acima de 90% (IBGE, 2014). É visível a melhoria da qualidade de vida quanto a infraestrutura individual das populações atingidas pela UHEs no sul do país. Todavia, não se pode atribuir essa melhora somente à influência das mudanças ocorridas em função dos empreendimentos hidrelétrico, visto que, nesse período ocorreu um incremento desses bens a nível de Brasil, seja por estímulos governamentais como a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para a aquisição da “linha branca” de eletrodomésticos, seja em função de programas como o “Luz para Todos”, ou programas de microcréditos direcionados a população de baixa renda que facilitaram o acesso a esses bens.

Além disso, quem optou pelo Reassentamento Rural Coletivo também teve acesso a uma infraestrutura individual e coletiva básica (ROCHA, 2009), como água encanada e energia elétrica, e a disponibilidade dessa última tem influência direta na aquisição dos eletrodomésticos como refrigerador, televisão e máquina de lavar.

#### **3.1.4. INDICADOR DE BEM-ESTAR ECONÔMICO**

Para realizar a construção do indicador de bem-estar econômico utilizou-se a faixa de renda antes e após o remanejamento. Para isso, a renda foi agrupada em quatro faixas: até 1 salário mínimo, mais de 1 até 2 salários mínimos, mais de 2 até 5 salários mínimos e acima de 5 salários mínimos.

Tais faixas foram estipuladas buscando adequar as respostas apresentadas no *survey* ao critério de classificação apresentada pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE) em 2014. O critério da SAE divide a renda da população em grupos segundo o Quadro 3:

**Quadro 3.** Grupos de renda da população brasileira – SAE – 2014 (R\$)

Grupo	Renda média familiar
Extremamente pobre	Até 854,00
Pobre, mas não extremamente pobre	Até 1113,00
Vulnerável	Até 1484,00
Baixa classe média	Até 2674,00
Média classe média	Até 4681,00
Alta classe média	Até 9897,00
Classe alta*	A partir de 9897,00

\*Subdivide-se em “baixa classe alta” e “alta classe alta”  
Fonte: SAE (2014).

No entanto, é importante lembrar que os grupos da SAE se utilizam da média da renda, podendo assim, haver variações tanto para cima quanto para baixo. Além disso, eles estão expressos em unidade monetária, e o *survey* contou com respostas abertas às questões sobre renda, sendo realizado um esforço no sentido de padronizar as respostas coletadas nas entrevistas. O resultado desse esforço é a organização das respostas em unidades de salário-mínimo, o que dificultou o a equiparação.

Nesse estudo, a faixa salarial denominada como “ruim”, corresponde a aquelas famílias que recebem até 1 salário-mínimo, podendo relacionar com o grupo “extremamente pobre” da SAE. A segunda faixa: a “regular”, abarca aqueles que recebem mais de 1 até 2 salários-mínimos, aqui agrupamos dois dos grupos os “pobres, mas não extremamente pobres” e os “vulneráveis”. A terceira faixa denominada “boa”, contempla os que ganham mais de 2 até 5 salários-mínimos e correspondem a “baixa classe média”, entretanto, em função da adequação, também abrange parte da média classe média (até aproximadamente R\$ 3620,00). A última faixa: “muito boa”, inclui todos aqueles que recebem acima de 5 salários-mínimos.

Na Tabela 19 foi apresentado o indicador de bem-estar econômico antes e depois do remanejamento. A partir dela, podemos verificar que ocorreu uma grande redução dos indivíduos que apresentavam um IBEE-Antes “ruim”, passando de 58,8% para 30,3% após o remanejamento, isso significa que quase metade dos indivíduos que se encontravam nessa faixa saíram do que a SAE considera como extrema pobreza.

**Tabela 19.** Indicador de bem-estar econômico (%)

Resposta	Antes	Depois
Ruim	58,8	30,3
Regular	20,3	36,8
Bom	18,6	23,6
Muito bom	2,4	9,3
Total	100,0	100,0
N	296	356

Fonte: Banco de Dados da P&D Remanejamento, 2012.

Fazendo uma comparação, através da Tabela 20, entre os indivíduos que tinham um IBEE-Antes “ruim”, é possível verificar que apenas 35,9% ainda se encontram nessa faixa, sendo que o restante migrou para uma situação melhor do que a anterior. Desses, 34,7% tem uma renda considerada “regular”, e 22,8% “boa”.

**Tabela 20.** IBEE-antes X IBEE-depois do remanejamento (%)

IBEE-antes	IBEE-depois				Total
	Ruim	Regular	Bom	Muito bom	
Ruim	35,9	34,7	22,8	6,6	100,0
Regular	22,0	42,4	23,7	11,9	100,0
Bom	15,1	41,5	24,5	18,9	100,0
Muito bom	14,3	0,0	71,4	14,3	100,0

N= 286

Fonte: Banco de Dados da P&D Remanejamento (2012).

Entretanto, a tabela mostra que dos indivíduos que tinham um IBEE-Antes “bom”, atualmente 41,5%, passaram para a condição de “regular”, ou seja, tiveram sua renda reduzida após o remanejamento. Mas no geral, ocorreu uma melhoria do bem-estar econômico, visto que, proporcionalmente a maioria dos entrevistados sem encontravam em uma condição de extrema pobreza, e hoje esse panorama mudou.

Mas uma questão que deve ser levada em conta é que dos indivíduos que tiveram sua renda alterada de “ruim” para “regular”, 51,8% eram arrendatários, conforme demonstra a tabela 21.

**Tabela 21.** De IBEE ruim (antes) para IBEE regular (depois) segundo a condição do atingido quanto a propriedade antes do remanejamento (%)

Condição do atingido			Total
Proprietário	Arrendatário	Outro	
46,4	51,8	1,8	100,0

N= 60

Fonte: Banco de Dados da P&D Remanejamento, 2012.

No caso do arrendatário, pode-se considerar que houve “ganho econômico, pois eles saíram de uma situação de sem terras para a condição de proprietários de uma área rural dentro de um reassentamento coletivo dotada de toda a infraestrutura” (BOAMAR, 2013, p. 102).

### 3.1.5. INDICADOR DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL (ISA)

Como já explicado anteriormente, o Indicador de sustentabilidade ambiental foi construído a partir da análise de utilização de agrotóxicos antes e depois do remanejamento. Tal indicador é de extrema relevância, pois os agrotóxicos são a segunda maior causa de contaminação da água (IBGE,



2014). Aliado a isso, muitos dos agricultores não têm conhecimento dos riscos vinculados ao uso desses produtos quanto aos impactos ao meio ambiente e aos graves problemas a saúde humana, tais como:

[...] inflamação da próstata, distúrbios hormonais, mal de Parkinson, Linfoma Não-Hodgkin, lesões cáusticas no sistema respiratório e digestivo, vômitos intensos, dores retroesternais, insuficiência renal aguda, necrose hepatocelular, fibrose pulmonar progressiva, falência de múltiplos órgãos, perturbações no Sistema Nervoso Central (SNC) e efeitos cardiotoxícos. (PEREIRA *et. al.* 2012, p. 3).

Esse indicador possibilitou a observação de que 83,2% dos inqueridos, atualmente usam agrotóxicos em sua propriedade, contrastando com o período anterior ao remanejamento que era de 16,8%.

**Tabela 22.** ISA antes e depois do remanejamento (%)

Resposta	%
Antes	16,8
Atualmente	83,2
Total	100,0

N= 202

Fonte: Banco de Dados da P&D Remanejamento, 2012.

Uma das possibilidades da alteração de perfil dos remanejados pode estar na diferença de produtividade das terras atuais em relação à anterior. Dessa forma, se realizou o cruzamento entre a produtividade da propriedade com o ISA Antes e Depois do remanejamento.

**Tabela 23.** Produtividade da propriedade X ISA-antes X ISA-depois do remanejamento

Propriedade mais produtiva	ISA		Total
	Antes	Depois	
Antiga	26,3	73,8	100
Atual	4,3	95,7	100
Ambas produzem igualmente	7,1	92,9	100

N= 188

Fonte: Banco de Dados da P&D Remanejamento, 2012.

A Tabela 23, demonstra que, dos indivíduos que acreditam ser sua terra atual mais produtiva que a anterior, 95,7% utilizam agrotóxicos atualmente, e mesmo que a terra fosse menos fértil, somente 4,3% se utilizavam desse artifício.

Esse incremento na utilização de defensivos agrícolas pode estar também, atrelado a mudança na forma de produção agrícola, através do maior acesso, por parte dos reassentado, as tecnologias destinadas ao setor rural, que tem contemplado “quase em sua maioria, o uso extensivo de agrotóxicos, com a finalidade de controlar doenças e aumentar a produtividade” (MMA, 2015, s/p).

A construção dos índices de bem-estar social, qualidade dos serviços públicos e infraestrutura domiciliar, e dos indicadores de bem-estar econômico e de sustentabilidade ambiental, possibilitaram quantificar a percepção dos atingidos por barragens quanto a sua qualidade de vida. Nesse sentido, os entrevistados percebem sua vida melhor após o remanejamento, no que se relaciona às dimensões estipuladas pela pesquisa.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Refletir sobre as alterações a que são submetidas as populações atingidas pela construção de grandes empreendimentos hidrelétricos em relação, não só, aos aspectos tangíveis, mas também os intangíveis e simbólicos, é de extrema relevância para que se possa melhorar a eficiência e a eficácia dos mecanismos e políticas utilizadas pelo setor elétrico para compensar as perdas causadas pelos deslocamentos compulsórios das comunidades abrangidas por esses projetos.

Nesse sentido, a elaboração do presente estudo teve por objetivo principal analisar a relação entre a implantação de empreendimentos hidrelétricos e a qualidade de vida (bem-estar dos indivíduos, qualidade ambiental e desenvolvimento econômico) das populações atingidas por barragens, relacionando a percepção destes, quanto sua situação atual e anterior ao remanejamento.

Contudo, a qualidade de vida é fruto da soma de diferentes fatores presentes em nosso dia-a-dia, e que constantemente sofre a influência de externalidades que interferem para melhorar ou piorar a percepção do indivíduo quanto condição. Por essa razão, mensurar a qualidade de vida não pode ser considerada uma tarefa fácil. Então, primeiramente se fez necessária a escolha do conceito de qualidade de vida que melhor se adequasse aos objetivos do estudo.

Uma questão importante, abordada antes da construção dos índices, é quanto as principais definições de políticas públicas, onde foi escolhida a conceituação apresentada por Souza (2006), ou seja, que apresenta política pública como colocar o governo em ação e sugerir mudanças na política, quando necessário.

Iniciou-se o trabalho de criação de índices que conseguissem mensurar a percepção dos indivíduos quanto sua qualidade de vida, chegando ao final do estudo a quatro índices (índice de bem-estar social, índice de qualidade dos serviços públicos, índice de infraestrutura domiciliar, índice de bem-estar econômico) e um indicador (indicador de sustentabilidade ambiental). Dentre estes, o

índice de bem-estar social visou identificar os aspectos subjetivos desses indivíduos, os demais abordaram os aspectos objetivos.

Após a construção e análise dos resultados constatou-se que, quanto aos aspectos objetivos, qualidade dos serviços públicos (saúde, educação, habitação, transporte, saneamento) e infraestrutura domiciliar (energia elétrica residência e água encanada em suas residências, televisor, geladeira...), essas populações acreditam que sua situação está melhor do que antes do remanejamento.

A percepção de melhora na qualidade de vida quanto a estes dos índices pode estar atrelada à infraestrutura básica e ao acesso mais fácil aos serviços públicos, proporcionados pelas novas áreas, pois, as famílias que optaram pelo Reassentamento Rural Coletivo tiveram acesso a uma infraestrutura individual e coletiva básica. Aqueles que escolheram carta de crédito e indenização em dinheiro tiveram a possibilidade de ir para a cidade, não só dos jovens, mas também, as famílias que viviam em regiões muito afastadas, sem acesso a transporte, energia elétrica ou água encanada, ou mesmo a população mais idosa que buscam melhores condições de serviços públicos, em especial o hospitalar.

Economicamente também foi possível verificar uma melhora, pois antes do remanejamento a maioria dos indivíduos ouvidos se enquadrava como “bem-estar econômico ruim”, ou seja, uma renda familiar inferior a um salário-mínimo<sup>2</sup> enquadrando-se no grupo dos extremamente pobres. Já atualmente, esse indicador demonstra uma melhora, pois ele foi reduzido em mais de 28 pontos percentuais. Hoje, a maioria tem renda entre um e dois salários-mínimos (bem-estar econômico regular), um incremento, porém ainda podem ser considerados economicamente vulneráveis<sup>3</sup>.

Quanto a sustentabilidade ambiental, é possível verificar que houve uma piora nesse indicador. Tal diagnóstico é preocupante, porque o incremento da utilização de agrotóxicos nas propriedades atuais é abrupto independente da propriedade atual ser ou não mais fértil que anterior, podendo estar atrelado a maior facilidade de acesso a estes. Isso demonstra haver necessidade do aprofundamento de estudos que identifiquem as reais motivações dos agricultores familiares que se utilizam desses artifícios.

Quanto aos aspectos subjetivos vinculados a qualidade de vida, aqui apresentados como bem-estar social, não se constatou através dos índices alterações consideráveis, demonstrando que nesse sentido a qualidade de vida se manteve praticamente inalterada. Mas, se observa uma contradição, entre as respostas fornecidas ao *survey* e as entrevistas de profundidade, onde prevalecem as perdas

---

<sup>2</sup> Segundo classificação da SAE quanto a renda da população brasileira.

<sup>3</sup> Idem anterior.

relativas ao convívio em comunidade e o saudosismo quanto as relações sociais antes do remanejamento, principalmente pela falta de critérios para a alocação das famílias, não considerando os laços pré-existentes (vizinhos, família).

Assim, no geral, os indicadores apontam para uma melhora na qualidade de vida dos beneficiários após o remanejamento, o que refuta as hipóteses proposta no início do estudo de que em função a implantação dos empreendimentos hidrelétricos as populações atingidas teriam uma queda significativa em sua qualidade de vida tanto no que se refere as condições objetivas e subjetivas; e que as políticas compensatórias aplicadas às regiões atingidas por empreendimentos hidrelétricos não são suficientes para mitigar de forma efetiva os impactos negativos gerados e garantir a qualidade de vida dessas populações.

Todavia, essa percepção de melhora na qualidade de vida pode estar vinculada a “posse da terra”, pois, grande parte dos remanejados eram arrendatários e com os remanejamentos passaram a ser donos de suas propriedades, o que no meio rural é extremamente significativo. Outra questão, que pode ter contribuído para este resultado é o maior acesso que estes passaram a ter a bens, direitos e serviços públicos, em função da infraestrutura gerada pelos remanejamentos o que, nesse contexto, pode estar tendo maior influência na satisfação dos atingidos do que o aumento da renda familiar, pois embora tenha havido incremento desta, a maior parte da população ainda se enquadra como “pobres e vulneráveis”.

Um ponto crucial nesse cenário é a importância do MAB nas principais conquistas que desencadearam uma qualidade de vida melhor para as comunidades locais. Suas ações incorporaram poder de negociação a essas populações, organizando esse segmento social como um movimento de resistência à construção das barragens que expõe as contradições do modelo energético brasileiro, denunciando as injustiças socioambientais e principalmente lutando para o reconhecimento e defesa dos direitos das populações atingidas.

Vários avanços podem ser atribuídos a luta do MAB, quanto a compensação das perdas dos atingidos por barragens, como a conquista da construção dos reassentamentos coletivos para as famílias atingidas, o Decreto Nº 7342, assinado pelo presidente Lula em outubro de 2010 que instituiu o cadastro socioeconômico das populações atingidas por esses empreendimentos e a criação da Política de Direitos aos Atingidos por Barragens no Rio Grande do Sul em 2014.

Porém, a problemática é extremamente complexa, e as questões envolvidas geram muitas outras demandas de reivindicações. Entre elas, a necessidade de uma melhor identificação dos atingidos pela construção das UHEs, visto que, muitas das vezes as consequências do projeto são

sentidas por uma área mais abrangente do que a contemplada, e seus efeitos sentidos no longo prazo, o que dificulta a identificação dos indivíduos que devem ser contemplados pelas políticas compensatórias.

Outro ponto, não menos importante, é a necessidade de superação do trato das perdas de forma estreitamente monetária, sendo que é preciso rever a forma como são mensurados os danos socioculturais. Essa questão nos remete as três formas possíveis de compensação, apresentadas por Johnston (2000): a restituição, a indenização e a satisfação. No contexto de Brasil, identificou-se a utilização das duas primeiras, que abrangem especificamente as perdas materiais. Uma evolução nas políticas compensatórias passa pela inclusão da terceira forma de compensação, ou seja, a “satisfação” que incorpora as perdas imateriais (culturais, afetivas e simbólicas) ao processo de formulação e implantação dessas políticas.

Também, é preciso criar canais de diálogo com as comunidades, além de instituir programas que se preocupem com os danos psicológicos, auxiliando na reconstrução do modo de vida, não só referente às questões econômicas, mas aos laços comunitários, culturais e com o meio ambiente rompidos em consequência dos deslocamentos.

Entretanto, se faz necessária a apresentação de algumas limitações desse estudo. Primeiramente, não ter sido utilizado o “processo de modernização”, a que o país foi submetido nos últimos vinte anos, como variável de controle na análise dos resultados. Outra limitação foi a falta de uma abordagem qualitativa com a finalidade de complementar e proporcionar resultados mais abrangentes nas análises. Assim, é preciso aprofundar o estudo, através da junção de pesquisas quantitativas e qualitativas, a respeito dos impactos gerados pela implantação dessas usinas, pelas políticas compensatórias que o setor elétrico tem lançado mão, e consequentemente sobre os efeitos a que as populações contempladas por estas políticas têm sido submetidas.

## REFERÊNCIAS

AGEITEC – Agência Embrapa de Informação Tecnológica. Corretivos e adubos. Disponível em: <http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/cenoura/arvore/CONT000gnhfy7ha02wx5ok0edacxlc3wvowi.html>

ALMEIDA, M.A.B. de; GUTIERREZ, G.L. TRIGO, L.; MARQUES G.G. Qualidade de Vida: definição, conceito e interfaces com outras áreas de pesquisa. Escola de Artes, Ciências e Humanidades – EACH/USP. São Paulo, 2012.

ANAB – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. Luta dos atingidos por barragens por direitos humanos. 2013. Disponível em: [http://issuu.com/mabnacional/docs/cartilha\\_dh\\_mab\\_2013web\\_2\\_/7?e=2601758/8097311](http://issuu.com/mabnacional/docs/cartilha_dh_mab_2013web_2_/7?e=2601758/8097311)

BOAMAR, P.F.A. A implantação de empreendimentos hidroelétricos: O caso da UHE de Machadinho. (Dissertação de Mestrado) Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.

CRAVO, J. Rio Uruguai e sua Região Hidrográfica. MPF/PGR/Meio Ambiente e Patrimônio Cultura, 2006. Disponível em: [http://4ccr.pgr.mpf.mp.br/informes/pdfs/rio\\_uruguai\\_regiao\\_hidrografica.pdf](http://4ccr.pgr.mpf.mp.br/informes/pdfs/rio_uruguai_regiao_hidrografica.pdf)

FADEL, M.A.V.; FILHO G.I.R. Percepção da qualidade em serviços públicos de saúde: um estudo de caso. RAP - 43(1) Rio de Janeiro, jan./fev. 2009.

FRANCISCO, A.P.; MARTINS, J.C.; VENDRAME F.C. VENDRAME M.C.R. A sustentabilidade empresarial e os desafios frente o comportamento do consumidor. III Encontro Científico e Simpósio de Educação Unisalesiano Educação e Pesquisa: a produção do conhecimento e a formação de pesquisadores, 2011. Disponível em: <http://www.unisalesiano.edu.br/simposio2011/publicado/artigo0019.pdf>

HÜFFNER, A.; ENGEL, B.C. Grandes e Pequenas Centrais Hidrelétricas na Bacia do Rio Uruguai: Guias para ONGS e Movimentos Sociais. Ed. atual. Amigos da Terra – NatBrasil. Porto Alegre, 2011. Disponível em: <http://www.natbrasil.org.br/Docs/hidretricas/Cartilha%20Hidretrica%2014-3-011.pdf>

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Indicadores de desenvolvimento sustentável. 2012. Disponível em: [ftp://geofp.ibge.gov.br/documentos/recursos\\_naturais/indicadores\\_desenvolvimento\\_sustentavel/2012/ids2012.pdf](ftp://geofp.ibge.gov.br/documentos/recursos_naturais/indicadores_desenvolvimento_sustentavel/2012/ids2012.pdf)

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. As características dos domicílios brasileiros entre 1960 e 2000. 2014. Disponível em: [cidades.ibge.gov.br](http://cidades.ibge.gov.br).

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Infraestrutura social e urbana no Brasil: subsídios para uma agenda de pesquisa e formulação de políticas públicas. Livro 6, v. 2 - Brasília, 2010.

LOCATELLI, C & ROCHA, H.J. Influência e efetividade do empreendedor e do MAB sobre as decisões de remanejamento pelos atingidos por hidrelétricas. *In*: Desenvolvimento hidrelétrico: qualidade de vida e capital social no sul do Brasil. BAQUERO, M; PASE, H (org.) - Editora da UFRGS, 2013

MAB – Movimento dos atingidos por Barragens. A luta dos atingidos por barragens contra as transnacionais, pelos direitos e por soberania energética. MDA Comunicação Integrada, São Paulo, 2008. Disponível em: [http://www.mabnacional.org.br/publicacoes/cartilha\\_soberania\\_energetica.pdf](http://www.mabnacional.org.br/publicacoes/cartilha_soberania_energetica.pdf)

MAB – Movimento dos atingidos por Barragens. Água e energia não são mercadorias! 2011. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/>.

MAB – Movimento dos atingidos por Barragens. Famílias atingidas por barragens em SC e RS reclamam que não serão indenizadas. 2009. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/noticia/familias-atingidas-por-barragens-em-sc-e-rs-reclamam-que-n-ser-indenizadas>

MAB – Movimento dos atingidos por Barragens. Grupo de Trabalho Interministerial “Atingidos por Barragens” Realiza Audiências Públicas. 2014. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/noticia/grupo-trabalho-interministerial-atingidos-por-barragens-realiza-audiencias-publicas>

MAB – Movimento dos atingidos por Barragens. Os sentimentos eles nunca vão indenizar. 2013. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/noticia/os-sentimentos-eles-nunca-vao-indenizar>

MINAYO, M.C.S.; HARTZ, Z.M.A.; BUSS, P.M. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. Revista Ciência & Saúde Coletiva - vol 5 nº 1, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v5n1/7075.pdf>

MMA - Ministério do Meio Ambiente. Agrotóxicos. 2015. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/seguranca-quimica/agrotoxicos?tmpl=component&print=1>  
Morador da comunidade de Dom José – atingido pela UHE de Foz do Chapeco – Entrevista realizada em 19/09/2014).

MORAIS, J.A; BAQUERO, M. O processo de Implantação da UHE Barra Grande: Meio ambiente e Meios de Comunicação. *In: Políticas Públicas e Hidrelétricas no Sul do Brasil - ROCHA, H; PASE, H; LOCATELLI, C (Org.). Editora UFPEL, 2014.*

NASCIMENTO, A.C.; ALVES, S.A.; MESQUITA, H.A.; MENDONÇA, M.R.; AVELAR, G.A. Do global ao local a luta se faz: A territorialização do movimento dos atingidos por barragens no vale do rio São Marcos. Pegada. vol. 4 n. 2. São Paulo. 2003. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/ceget/PEGADA42/catalaov4n2nov2003.pdf>

NOGUEIRA, V.M.R. Bem-estar, bem-estar social ou qualidade de vida: a reconstrução de um conceito. Seminário de Ciências Humanas e Sociais, Londrina, v. 23, 2002.

PEREIRA, E.F.; TEIXEIRA, C.S.; SANTOS, A. dos. Qualidade de vida: Abordagens, Conceitos e Avaliação. Revista Brasileira de Educação Física e Esporte vol.26 nº 2. São Paulo, 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1807-55092012000200007>

PESTANA, M.H.; GAGEIRO, J.N. Análise de Dados para Ciências Sociais: a complementariedade do SPSS. Edições Sílabo, 3ª ed. Lisboa, 2003.

PICOLI, B.A. Direitos humanos, territorialidade e “progresso”: a experiência dos atingidos pela barragem de Itá. Associação Nacional de Direitos Humanos – Pesquisa e Pós-Graduação. VII Encontro da ANDHEP – UFPR, 2012

REIS, M.J. BORNHOLDT L. C. O poder de representar e de ampliar direitos: o caso do Movimento de Atingidos por Barragens (MAB). Caderno de Pesquisa: Universidade do Vale do Jacuí, s/d. Disponível em: <http://www.univali.br/ensino/pos-graduacao/mestrado/mestrado-em-gestao-de-politicas-publicas/cadernos-de-pesquisa/Documents/caderno-pesquisa-04.pdf>

ROCHA, H.J. Relações de Poder na Hidreletricidade: a Instalação da UHE Foz do Chapecó na Bacia do rio Uruguai. (Tese de Doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2012.

SAE - Secretaria de Assuntos Estratégico. Veja diferenças entre conceitos que definem classes sociais no Brasil. 2014. Disponível em: <<http://www.sae.gov.br/site/?p=17821#ixzz3PC7ZxHI8>>SALES, C.J.D. Setor Elétrico Brasileiro: Planejamento de Longo Prazo versus Pressões de Curto Prazo. *In*: Setor Elétrico. Revista Interesse Nacional. Ano 6, nº 21, Abril-Junho, 2013

SOUZA, C. A Introdução Políticas Públicas: uma revisão da literatura. Sociologias - ano 8, nº 16. Porto Alegre jul/dez 2006, p. 20-45.

VIANA, R.M. Grandes Barragens, Impactos e Reparações: Um Estudo de Caso Sobre a Barragem de Itá. Dissertação de Mestrado. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - IPPUR, UFRJ. Rio de Janeiro. 2003.

Vidigal, C.B.R. Índice de Bem-Estar Econômico: uma proposta para os estados brasileiros. Dissertação de Mestrado. USP, 2012.

WHOQOL SRPB Group - Measuring quality of life: the world health organization quality of life instruments. 1997. Disponível em: [http://www.who.int/mental\\_health/media/68.pdf](http://www.who.int/mental_health/media/68.pdf)

Trabalho enviado em 10 de julho de 2019

Aceito em 15 de junho de 2020

### **Anexo 1**

## **PESQUISA AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS E PROPOSIÇÃO DE MODELO DE ELABORAÇÃO DE PROGRAMAS DE REMANEJAMENTO DA POPULAÇÃO ATINGIDA POR EMPREENDIMENTOS HIDRELÉTRICOS**

**UFPeI/UFRGS/UFSC**

Questionário nº: \_\_\_\_\_ Data: \_\_/\_\_/\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_  
UF: \_\_\_\_\_ Localidade/Comunidade: \_\_\_\_\_



UHE que o remanejou: (1) Barra Grande (2) Campos Novos (3)Machadinho (4) Itá (5) Foz do Chapecó

Tipo de remanejamento: (1)RAR (2)PRR (3)RRC (4)CC (5)Indenização em dinheiro (88)NS (99)NR

1. Gênero (anote sem perguntar): (1) Masculino (2)Feminino

2. Idade: \_\_\_\_\_

Gostaria de começar nossa entrevista lhe perguntando:

3. (Anotar a resposta espontânea) Qual é a sua escolaridade?

- (1) Não estudou  
(2) Fundamental Incompleto  
(3) Fundamental Completo  
(4) Médio Incompleto  
(5) Médio Completo  
(6) Superior Incompleto  
(7) Superior Completo (88)NS (99)NR

Anotar aqui se a  
informação não está  
contemplada pelas  
alternativas  
\_\_\_\_\_

4. O(a) Sr(a) reside aqui faz: \_\_\_\_\_ anos \_\_\_\_\_ meses

#### SITUAÇÃO ANTERIOR AO DESLOCAMENTO E ATUAL

Continuando com nossa entrevista,

5. Em qual município o(a) Sr(a) morava antes do remanejamento? \_\_\_\_\_  
(88)NS (99)NR

6. E em qual comunidade residia? \_\_\_\_\_ (88)NS  
(99)NR

7. Qual era sua condição anterior? (Se responder 3, ir para a questão 8)

- (1)Proprietário (2)Arrendatário (3)Outro: \_\_\_\_\_ (88)NS (99)NR

7.1 Qual era o tamanho da terra? \_\_\_\_\_ (88)NS  
(99)NR

8. E qual é a sua condição hoje? (Se responder 3, ir para a q. 9)

- (1)Proprietário (2)Arrendatário (3)Outro: \_\_\_\_\_ (88)NS (99)NR

8.1 Que tamanho tem a sua terra hoje? \_\_\_\_\_  
(88)NS (99)NR

9. (Não fornecer as respostas) Havia benfeitorias na propriedade antiga? E na atual?

(Se responder 4, ir para a q. 11)

- (1) Apenas na antiga (2) Apenas na atual (3) Em ambas (4)Em nenhuma (88)NS (99)NR

10. Quais benfeitorias?

- (1)Sim (2)Não (77)NSA (88)NS (99)NR

Especificação	Anterior	Atual
10.1 Moradia		
10.2 Galpões		
10.3 Paiol		
10.4 Chiqueiro		
10.5 Aviário		
10.6 Estrebaria		
10.7 Outras. Quais?		

11. Quem morava com o(a) Sr.(a) antes do remanejamento? Por favor, indique o parentesco, o sexo, a idade, a escolaridade e a principal ocupação dessas pessoas:

11.1 Antes do remanejamento (ANO: \_\_\_\_\_)

Parentesco	Sexo (M/F)	Idade	Escolaridade	Principal ocupação (1)Lavoura (2)Criações (3)Do Lar (4)Estudante (5)Outra: _____
a.				
b.				
c.				
d.				
e.				
f.				
g.				

11.2 E hoje, quem mora com o(a) senhor(a)?

Parentesco	Sexo (M/F)	Idade	Escolaridade	Principal ocupação (1)Lavoura (2)Criações (3)Do Lar (4)Estudante (5)Outra: _____
a.				
b.				
c.				
d.				
e.				
f.				
g.				

12. Quanto o(a) senhor(a) ganhava antes do remanejamento? \_\_\_\_\_  
(88)NS (99)NR

---

### PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO

Agora gostaria de passar para outro conjunto de perguntas

13. Quais foram as propostas de remanejamento apresentadas pelo empreendedor para o(a) senhor(a)?

(Múltipla escolha)

- (1)Carta de crédito (2)Indenização (3)Reassentamento Rural Coletivo (4)Pequenos Reassentamentos (5)Reassentamento em Áreas Remanescentes (88)NS (99)NR

14. De que forma elas foram apresentadas? (Múltipla escolha)

- (1)Por escrito (2)Através de visita (3)Por escrito e visita (4)Reunião da/na comunidade (88)NS (99)NR

15. Todas as opções de remanejamento foram apresentadas no mesmo momento? (Se responder 1, ir para a q. 17)

- (1)Sim (2)Não (88)NS (99)NR

16. Se tivessem apresentado ao Sr. todas as opções ao mesmo tempo, o Sr. teria optado por qual delas?

- (1)Carta de crédito (2)Indenização (3)Reassentamento Rural Coletivo (4)Pequenos Reassentamentos (5)Reassentamento em Áreas Remanescentes (77)NSA – (Todas foram apresentadas ao mesmo tempo) (88)NS (99)NR

16.1

Por

quê? \_\_\_\_\_

17. As opções foram apresentadas antes ou depois do início da obra?

- (1)Antes (2)Após (88)NS (99)NR

18. (Não fornecer as respostas) Quantas visitas o Sr. recebeu do empreendedor?

- (1)Uma (2)Duas (3)Três (4)Mais de três (88)NS (99)NR

19. A sua primeira opção foi aceita imediatamente pelo empreendedor?

- (1)Sim (2)Não (88)NS (99)NR

20. Em quanto tempo o Sr. decidiu sobre o tipo de remanejamento depois da apresentação das opções?

- (1)Menos de 6 meses (2)Entre 6 meses e 1 ano (3)Mais de 1 ano (88)NS (99)NR

21. Entre a primeira visita e a efetiva assinatura do acordo de remanejamento quanto tempo se passou?

- (1)Menos de 1 ano (2)Entre 1 e 2 anos (3)Mais de 2 anos (88)NS (99)NR

22. Alguém insistiu para que o Sr. optasse por alguma modalidade? (Se responder 2, ir para a q. 23)

- (1)Sim (2)Não (88)NS (99)NR

22.1 Quem? \_\_\_\_\_

(88)NS

(99)NR

23. O Sr. levou em consideração as opiniões de quem para a decisão por esta opção? (Múltipla escolha)

- (1)Imobiliárias (2)Empreendedor (3)Família (4)MAB (5)Associações (6)Rádio/TV/Jornal

(7)Outros: \_\_\_\_\_  
(88)NS (99)NR

24. O(a) Sr.(a) está insatisfeito ou satisfeito com o remanejamento?

(1) Satisfeito (2) Insatisfeito (88)NS (99)NR

24.1 Por quê? \_\_\_\_\_

25. O(a) Sr.(a) acompanhava as discussões sobre a hidrelétrica no jornal, rádio e TV? (Se responder 2, ir para q. 26)

(1) Sim (2) Não (88)NS (99)NR

25.1 Quem falava mais?

(1) MAB (2) Empreendedor (3) Governo (88)NS (99)NR

### SUSTENTABILIDADE

Agora, vamos falar um pouco sobre o meio ambiente.

26. (Não fornecer as respostas) Sobre a utilização de agrotóxicos e adubos químicos na lavoura, o senhor utilizava na antiga propriedade? E hoje?

(1) Apenas na antiga (2) Apenas na atual (3) Em ambas (4) Em nenhuma (88)NS (99)NR

27. O(a) sr(a) acha que a empresa responsável pela hidrelétrica se preocupa com o meio ambiente?

(1) Sim (2) Não (88)NS (99)NR

28. Vou lhe falar duas frases e gostaria que me dissesse com qual delas o(a) Sr(a) está mais de acordo:

28.1 (1) É mais importante proteger o meio ambiente do que desenvolver a região OU  
(2) É mais importante desenvolver a região do que proteger o meio ambiente. (88) NS

(99)NR

E entre essas outras duas frases, com qual o(a) Sr.(a) concorda mais?

28.2 (1) O governo deve preservar o meio ambiente com dinheiro que tem OU  
(2) A população deve ajudar com dinheiro o governo para preservar o meio ambiente. (88) NS

(99)NR

### TERRITORIALIDADE / CULTURA

O próximo assunto que quero tratar com o(a) Sr(a) é sobre como as coisas eram antes e como ficaram depois do remanejamento.

29. (Não fornecer as respostas) Pensando na propriedade anterior e na atual, qual é a mais produtiva?

(1) Antiga (2) Atual (3) Ambas produzem igualmente (88)NS (99)NR

30. (Não fornecer as respostas) Em relação à sua atividade profissional, ela é melhor desenvolvida hoje ou era melhor antes do remanejamento?

(1) Antes (2) Atualmente (3) Antes e hoje é igual (88)NS (99)NR

31. O(a) senhor (a) ou alguém da família ficou muito triste ou deprimido depois da mudança?

(1)Sim (2)Não (88)NS (99)NR

32. O(a) senhor (a) sente saudades dos vizinhos e da comunidade anterior?

(1)Sim (2)Não (88)NS (99)NR

33. E agora, falando sobre atividades na comunidade, antes e depois do remanejamento:

(1)Sim (2)Não (77)NSA (88)NS (99)NR

	Antes	E agora?
33.1 Havia atividades de lazer na comunidade?		
33.2 O(a) Sr(a) costumava ir nessas atividades?		
33.3 Gostava dessas atividades?		
33.4 Visitava os vizinhos com regularidade?		

34. Sobre as atividades de lazer, o que acontecia?

(1)Sim (2)Não (77)NSA (88)NS (99)NR

Atividades	Antes	E hoje?
34.1 Baile/festas com danças		
34.2 Atividades/campeonatos esportivos		
34.3 Festas religiosas		
34.4 Outras: _____		

35. Falando um pouco de como eram as relações com a família e com os vizinhos, na localidade anterior e pensando em como elas estão hoje,

Perguntas	Antes	E hoje?
35.1 Como era a relação com a família? (1)Boa (2)Regular (3)Ruim (88)NS (99)NR		
35.2 Como era a relação com vizinhos? (1)Boa (2)Regular (3)Ruim (88)NS (99)NR		
35.3 (Não fornecer as respostas)Se precisasse viajar por um ou dois dias, o(a) sr(a) poderia contar com vizinhos para cuidar da sua casa/filhos? (1)Sim (2)Talvez (3)Não (88)NS (99)NR		
35.4 Em uma situação de emergência, como doença de um familiar ou falta de dinheiro, o(a) Sr(a) receberia ajuda de: (1)Familiares (2)Vizinhos (3)Ambos (88)NS (99)NR		
35.5 Como você classifica o local de moradia, considerando a casa, a vizinhança, o acesso a serviços públicos, suas atividades profissionais e sociais? (1)Boa (2)Regular (3)Ruim (88)NS (99)NR		
35.6 Você morava perto de seus familiares? (Se responder 2, ir para q. 36) (1)Sim (2)Não (88)NS (99)NR		
35.6.1 Quantos familiares? (Anotar o número) (77)NSA		
35.6.2 Qual era o tamanho da propriedade que a família tinha, em geral? (Anotar) (77)NSA (88)NS (99)NR		

36. Se pudesse escolher, em qual localidade preferia estar?

(1)Antiga (2)Atual (88)NS (99)NR

### CULTURA POLÍTICA/CAPITAL SOCIAL

Agora, gostaria de perguntar sobre algumas coisas que acontecem no país.

37. (Não fornecer as respostas) Em primeiro lugar, o(a) Sr(a) se interessa por política?

(1)Sim (2)Mais ou menos (3)Não (88)NS (99)NR

38. O(a) Sr(a) Costuma se informar sobre assuntos políticos?

(1)Sim (2)Não (88)NS (99)NR

39. Como se informa (tanto sobre assuntos políticos quanto assuntos gerais)?

(1) Sempre (2)De vez em quando (3)Nunca (88)NS (99)NR

39.1 Lê jornais	
39.2 Lê revistas semanais ou mensais	
39.3 Escuta rádio	
39.4 Assiste TV	
39.5 Acessa Internet	
39.6 Vai a Reuniões na Igreja	
39.7 Vai a Reuniões na Comunidade	
39.8 Vai a Reuniões no Sindicato	
39.9 Vai a Reuniões no Partido	

40. (Não fornecer as respostas) Agora eu vou falar algumas frases e gostaria que o(a) Sr(a) me dissesse se concorda ou não concorda que:

(1)Concorda (2)Concorda em parte (3)Discorda (88)NS (99)NR

40.1. Todos os políticos são corruptos.	
40.2. Os políticos prometem, mas não cumprem.	
40.3. O Estado é eficiente na aplicação dos recursos públicos	
40.4. O governo age apenas para os mais favorecidos	

41. Vou ler quatro ações do governo. Para o(a) Sr(a), qual é a mais importante? (Anotar 1) E a segunda mais importante? (Anotar 2)

- ( ) Manter a ordem
- ( ) Aumentar a participação dos cidadãos nas decisões importantes
- ( ) Combater o aumento de preços
- ( ) Proteger a liberdade de expressão (88)NS (99)NR

42. Falando sobre governantes, como o(a) Sr(a) avalia o desempenho dos seguintes governantes na época do empreendimento e hoje?

(1) Muito bom (2)Bom (3)Regular (4)Ruim (5)Péssimo (88)NS (99)NR

	Na época	Atualmente
42.1 Presidente da República		
42.2 Governador do Estado		
42.3 Prefeito		

43. De forma geral, o(a) Sr(a) diria que:

(1)Se pode confiar nas pessoas OU (2) Não se pode confiar nas pessoas (88)NS (99)NR

44. (Não fornecer as respostas) Das instituições que vou falar, você confia ou não em:  
(1) Confia (2)Mais ou menos (3)Não confia (88)NS (99)NR

44.1 Governo Federal	
44.2 Governo Estadual	
44.3 Governo Municipal	
44.4 Partidos Políticos	
44.5 Judiciário	
44.6 Polícia	
44.7 MAB	
44.8 Igreja	
44.9 Associação de moradores	
44.10 Grandes empresas	
44.11 Empreendedor	
44.12 Ministério Público	
44.13 Rádio/TV/Jornal	

45. Para resolver os problemas do país, o que acha melhor?

(1)Um líder que coloque as coisas no lugar OU (2)A participação da população nas decisões do governo  
(88)NS (99)NR

46. E, falando agora na participação das pessoas, na sua opinião:

(1)Sim (2)Não (88)NS (99)NR

46.1 A participação das pessoas é importante para resolver os problemas no país /região?	
46.2 A colaboração entre pessoas pode contribuir para melhorar a situação no país /região?	
46.3 Se um projeto da comunidade não lhe beneficia diretamente, mas pode beneficiar outras pessoas da sua comunidade, o(a) Sr(a) contribuiria?	
46.4 Para o(a) Sr(a) a opinião da maioria das pessoas é levada em conta no país?	

47. O(a) Sr(a) participa de:

(1)Participa (2)Não (3)Já participou (88)NS (99)NR

47.1 Partidos Políticos	
47.2 Associações Comunitárias	
47.3 Sindicatos	
47.4 Cooperativa	
47.5 Associação de Produtores	
47.6 Igrejas	
47.7 Conselhos Populares/Municipais	
47.8 Abaixo assinados	
47.9 Manifestações/protestos	
47.10 Ocupação de terrenos/prédios públicos	
47.11 Igreja	
47.12 MAB (Se responder 2, ir para q. 48)	



47.13 Desde quando (evento e/ou data)? \_\_\_\_\_

---

48. Depois do seu remanejamento, o(a) Sr(a) participou de mobilização de apoio a outros atingidos?

(1)Sim (2)Não (88)NS (99)NR

47.1 Por  
quê? \_\_\_\_\_

49. Hoje em dia se tem discutido muito sobre democracia. Para alguns, a democracia é importante, para outros, não é. Na sua opinião, o que significa democracia?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_(88)NS (99)NR

50. Agora, gostaria de lhe perguntar se o(a) Sr(a) se identifica com algum partido político?  
(Se responder 2, ir para a q. 51)

(1)Sim (2)Não (88)NS (99)NR



50.1 Se sim, qual? \_\_\_\_\_.

51. Em relação ao voto, o(a) sr(a):

(1)Considera importante votar (2)Vota porque é obrigatório (3)Em geral, não vota em eleições (88)NS (99)NR

52. Quando decide seu voto, o que é mais importante?

(1) A pessoa do candidato (2) O partido político a que pertence (88)NS (99)NR

53. Se um candidato lhe oferecesse dinheiro ou cesta básica, em troca de seu voto, o que faria?

(1)Aceitaria e votaria no candidato (2)Não aceitaria trocar o voto  
(3) Aceitaria, mas não votaria nele (4) Não aceitaria e denunciaria (88)NS (99)NR

### QUALIDADE DE VIDA

Vamos falar agora sobre qualidade de vida.

54. Como o(a) Sr(a) avalia a qualidade dos seguintes serviços, antes do remanejamento e depois?

(1) Boa (2)Regular (3)Ruim (88)NS (99)NR

Área	Antes	E hoje?
54.1 Saúde		
54.2 Educação		
54.3 Esporte/Lazer/Cultura		
54.4 Transporte		
54.5 Segurança		
54.6 Saneamento básico		
54.7 Habitação		



54.8 Telefonia		
54.9 Energia		
54.10 Políticas agrícolas		

55. Como era (antes do remanejamento) e como está hoje sua saúde?

55.1 Antes (1)Boa (2)Regular (3)Ruim (88)NS (99)NR

55.2 Atualmente (1)Boa (2)Regular (3)Ruim (88)NS (99)NR

56. Como o(a) Sr(a) avalia a sua casa, antes do remanejamento e hoje?

56.1 Antes (1)Boa (2)Regular (3)Ruim (88)NS (99)NR

56.2 Hoje (1)Boa (2)Regular (3)Ruim (88)NS (99)NR

57. O que possuía antes do remanejamento e o que possui hoje em casa?

(1)Sim (2)Não (88)NS (99)NR

	Antes	Atualmente
57.1 Água encanada		
57.2 Luz elétrica		
57.3 Banheiro		
57.4 Telefone		
57.5 Máquina de lavar roupa		
57.6 Refrigerador		
57.7 Freezer		
57.8 TV		
57.9 Antena parabólica		
57.10 Computador		

58. Qual era seu patrimônio antes e o que você possui hoje?

(1)Sim (2)Não (88)NS (99)NR

	Antes	Atualmente
58.1 Trator/microtrator		
58.2 Implementos para trator (arado, grade, escarificador, etc.)		
58.3 Veículo para serviço (Saveiro, C10, Pick-up...)		
58.4 Veículo para passeio		
58.5 Junta de boi		
58.6 Outros: _____		

59. Pensando no bem estar das pessoas, quem é o maior responsável por ele?

(1)As pessoas (2)O governo (88)NS (99)NR

60. Comparando sua situação antes e depois do remanejamento, como considera sua situação e de sua família hoje, quanto a ...

(1)Melhor (2)Igual (3)Pior (88)NS (99)NR

	Atualmente	E para os próximos 5 anos?
60.1 Qualidade de vida		
60.2 Renda familiar		
60.3 Vida comunitária		
60.4 Trabalho		
60.5 Mercado		

Antes do remanejamento, o(a) Sr(a) conseguia poupar algum dinheiro no final do mês? **(Anotar a resposta)** E Hoje em dia? **(Anotar a resposta)**

(1)Sim (2)Mais ou menos (3)Não (88)NS (99)NR

61.1 Antes	
61.2 Hoje em dia	

61. Se o(a) sr(a) fosse falar da sua situação hoje, a quem reclamaria? **(Anotar a resposta)** E a quem agradeceria? **(Anotar a resposta)**

(1)Governo (2)MAB (3)Empreendedor (4)Outro. Quem? **(Anotar a resposta)** (88)NS (99)NR

62.1 Reclamaria para	
62.2 Agradeceria para	

62. Vamos classificar as pessoas que vivem melhor no Brasil no nível 10, e as que vivem pior, no nível 1. Em que nível o(a) Sr(a) se coloca? **(Mostrar régua)**

1            2            3            4            5            6            7            8            9            10

(88)NS (99)NR

63. Qual sua renda mensal familiar? \_\_\_\_\_ (88)NS (99)NR

64. Qual o seu estado civil?

(1)Solteiro(a) (2)Casado(a) (3)Desquitado(a) ou separado(a) judicialmente (4)Divorciado(a) (5)Viúvo(a)  
(88)NS (99)NR

65. **(Não fornecer as respostas)** Qual a sua religião?

(1)Católico(a) (2)Luterano(a) (3)Outra: \_\_\_\_\_(88)NS (99)NR

66. **(Não fornecer as respostas)** Qual a sua origem étnica?

(1)Luso brasileira (2)Alemã (3)Italiana (4)Polonesa (5)Indígena (6)Afrodescendente (7)Cabocla  
(8)Outra: \_\_\_\_\_(88)NS (99)NR

### **Agradecer e encerrar a entrevista.**

Nome do entrevistado: \_\_\_\_\_

Telefone de contato: \_\_\_\_\_

Entrevistador: \_\_\_\_\_

Supervisor: \_\_\_\_\_